



Assembleia Itinerante aproxima a população da ALMT

[pág.4 e 5]



Foto: Ronaldo Mazza

LDO 2018



Foto: Karen Malagoli

ALMT aprova a LDO 2018 dentro do prazo regimental (pág. 8)

RGA é garantida



Foto: Maurício Barbant

Acordo com o Fórum Sindical teve atuação direta do Poder Legislativo (pág. 6)

Expediente:

**Mesa Diretora
2017/2019**
(XVIII Legislatura)

Eduardo Botelho (PSB)
Presidente

Gilmar Fabris (PSD)
1º Vice-Presidente

Max Russi (PSB)
2º Vice-Presidente

Guilherme Maluf (PSDB)
1º Secretário

Ondanir Bortolini - Nininho (PSD)
2º Secretário

Baiano Filho (PSDB)
3º Secretário

Silvano Amaral (PMDB)
4º Secretário

Demais Deputados

Adalto de Freitas (SD)
Dilmar Dal Bosco (DEM)
Dr. Leonardo (PSD)
Jajah Neves (PSDB)
Janaina Riva (PMDB)
José Domingos Fraga (PSD)
Mauro Savi (PSB)
Oscar Bezerra (PSB)
Pedro Satélite (PSD)
Prof. Allan Kardec (PT)
Professor Adriano (PSB)
Romoaldo Júnior (PMDB)
Saturnino Masson (PSDB)
Sebastião Rezende (PSC)
Valdir Barranco (PT)
Wagner Ramos (PSD)
Wancley Carvalho (PV)
Zeca Viana (PDT)

SECOM / ALMT

Raoni Ricci
Secretário de Comunicação Social

Everaldo Jota
Secretário-Adjunto de Comunicação

Ricardo Sardinha
Gerente de Marketing

Flávio Garcia
Editor

Elzis Carvalho
Lais Costa Marques
Jornalistas

Guilherme Góes de Mattos
Leonardo Bezerra Oliveira
Fabiano Cavalcanti de Albuquerque
Marcelo Lucas Gonçalves Teixeira
Projeto Gráfico e Diagramação

Edelson Santana
Revisão

Editorial

Parlamento fortalecido

Um semestre de muito trabalho e conquistas. A Assembleia Legislativa definitivamente voltou a ser a caixa de ressonância do povo de Mato Grosso. Representando os cidadãos, os deputados estaduais tiveram participação importante na resolução de temas fundamentais para o desenvolvimento do Estado. Nesta terceira edição do Jornal da Assembleia, apresentamos aos leitores as principais conquistas dos últimos dias, com destaque para a aprovação da RGA dos servidores do Executivo e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018.

Ressalto aqui a participação de todos os parlamentares na construção de um diálogo transparente entre governo estadual e os servidores, culminando em um acordo que contemplou os lados interessados levando em consideração as demandas e as necessidades de cada um. Ao final do processo, aprovamos em plenário a reposição de 6,58%, com o pagamento a ser realizado em três parcelas, sendo a primeira de 2,19% para novembro

de 2017, a segunda, também de 2,19%, para abril de 2018 e a última de 2,20% para setembro de 2018.

Para a RGA de 2018, ficou acordado o pagamento em duas cotas, uma de 2% em outubro de 2018 e a outra, de 2,19%, em dezembro de 2018. Com celeridade, porém garantindo a correta tramitação, aprovamos também a LDO 2018. Foram 76 propostas de emendas. Destas, o plenário aprovou 56.

Cumprimos nosso papel e estamos cada vez mais presentes na defesa dos municípios. Recebemos na Casa de Leis os prefeitos e vereadores dos 141 municípios que participaram da 1ª Marcha de Prefeitos e Vereadores em Defesa dos Municípios Matogrossenses. Enfatizei, junto a eles, que o movimento é uma forma de provocar os governos estadual e federal a rever temas importantes, como o caso das normas do Pacto Federativo, os cálculos da Previdência Social e a renegociação das dívidas dos municípios a juros mais acessíveis.

Para garantir a integração junto aos cidadãos, realizamos mais uma edição da Assembleia Itinerante, dessa vez no município de Barra do Bugres. O evento foi um sucesso, reunindo mais de 3 mil pessoas dos municípios de Nova Olímpia, Denise e Porto Estrela, além da cidade sede, que aproveitaram os serviços de consultas médicas, atendimentos do Procon e da Defensoria Pública, emissão de RG, CPF, título de eleitor, Bolsa Família, cartão do SUS, lazer e dia de beleza.

Convido vocês, leitores e leitoras, a conhecerem mais o trabalho diário do Poder Legislativo. Acessem também os outros canais de comunicação: al.mt.gov.br; 89.5 FM, TVAL (canal 30.2), FaceALMT. E se você tem alguma sugestão para transformar a vida da sociedade, envie para nós, por meio do nosso portal: al.mt.gov.br/propostas.

Ótima leitura e até a próxima!

Deputado Eduardo Botelho
Presidente da ALMT

É DE LEI

CIDADÃO

- Fazer leis
- Fiscalizar o governo
- Representar a população
- Dar voz aos problemas do povo
- Trabalhar por uma sociedade mais justa

ALMT

- Acompanhar seus representantes
- Seguir a página no facebook
- Sintonizar a Rádio AL
- Propor leis
- Assistir à TVAL

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso quer que o cidadão se aproxime cada vez mais do Parlamento. Então, participe ativamente e envie sugestões que podem virar leis. Acesse o nosso site:

www.al.mt.gov.br/propostas

A participação de todos pode provocar mudanças e construir uma sociedade mais justa.

Você participa. A mudança acontece.

ALMT
Assembleia Legislativa

Ação nas escolas

Educação Legislativa em Movimento leva cidadania a estudantes de MT

Até agora, quatro edições do projeto foram realizadas, duas na Baixada Cuiabana, uma no distrito da Guia e outra em Cuiabá



Foto: JL Siqueira

A formação tem despertado o interesse dos estudantes, principalmente pelo fato de cada tema ser trabalhado por um especialista

Reportagem

Lais Costa Marques

Um novo projeto da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) percorre escolas de todo o estado para aproximar o Poder Legislativo da comunidade. O “Educação Legislativa em Movimento” leva serviços de cidadania, meio ambiente, segurança e educação para os estudantes. A iniciativa é da Presidência da ALMT, por meio do deputado Eduardo Botelho (PSB), em parceria com o gabinete do deputado Wancley Carvalho (PV), com a Escola do Legislativo, o Instituto Memória e a Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso.

Quatro edições do projeto foram realizadas até o momento, sendo duas na Baixada Cuiabana, no Distrito da Guia e em Cuiabá, e outras duas em Jauru e Araputanga, sendo que cerca de cinco mil estudantes foram mobilizados. O cronograma prevê duas edições por mês, sendo sempre uma no interior e outra na Baixada.

Os eventos são realizados em dois dias para atingir os estudantes de todos os períodos e encerra com um palco para apresentação cultural dos estudantes. O conteúdo inclui história do Poder Legislativo em Mato Grosso, introdução política, prevenção ao uso de álcool e drogas, orientação vocacional, meio ambiente e sustentabilidade.

Cada tema é trabalhado por um especialista, como os profissionais do Instituto Memória do Poder Legislativo; da Escola do Legislativo; do setor de Ambientação da ALMT; da Supervisão de Saúde e Qualidade de Vida da Assembleia, o Qualivida; da Polícia Judiciária Civil, entre outros parceiros que integram o projeto.

O presidente da ALMT, deputado Eduardo Botelho, explica que o projeto integra duas ações que estão entre os objetivos da Mesa Diretora, que são a aproximação

da população e o registro dos problemas na comunidade. “Educação Legislativa em Movimento propõe uma interação com os jovens, levando informações e serviços da Assembleia e parceiros ao mesmo tempo em que coleta as demandas regionais.

São ferramentas que estamos adotando para nos aproximar de todos e trazer a comunidade para participar do Parlamento”.

O deputado Wancley Carvalho, um dos idealizadores do projeto, afirma que o objetivo é expandir serviços da Assembleia para a população. “A Assembleia tem trabalhos interessantes, como de educação ambiental e preservação da história de nosso estado, mas que nem todos conhecem. Com o ‘Educação Legislativa em Movimento’, agregamos conhecimento aos jovens e apresentamos nossa atuação em diferentes áreas”.

A possibilidade de conversar e apresentar os trabalhos da Assembleia e contribuir para a formação dos jovens tem chamado a atenção dos participantes. O coordenador pedagógico da escola André Avelino Ribeiro, de Cuiabá, Gonçalo Dias, destaca que o conjunto de atividades contribuiu com o trabalho diário de educação. “Tivemos aqui um projeto para formação de cidadãos. Ao mostrar a política sob outra ótica e ainda trazer atividades e serviços a esses jovens, sensibilizamos para a construção de um futuro melhor”.

O coordenador da Escola do Legislativo, Thales Roder, explica que até o fim do ano o “Educação Legislativa em Movimento” deve passar por 18 escolas e levar informações a 10 mil estudantes. “Escolhemos as primeiras escolas a participarem e agora já começamos a receber solicitações espontâneas. Isso mostra que há interesse por conhecer nosso trabalho e participar mais efetivamente do processo político”.

“São ferramentas que estamos adotando para nos aproximar de todos”

Assembleia Itinerante marca nova fase de aproximação do Legislativo com a população

Com uma nova roupagem, projeto da ALMT se consolida como a grande referência da 18ª Legislatura

Reportagem
Flávio Garcia

A 9ª edição do projeto Assembleia Itinerante, implantado pela 18ª Legislatura da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), ocorrida em Barra do Bugres no início de junho, marca uma nova fase na aproximação do Poder Legislativo com a sociedade. O fato de a 9ª edição atrair a presença de boa parte da população da região de Barra do Bugres, Porto Estrela, Denise, Nova Olímpia e Arenópolis, além da participação direta de sete dos 24 deputados, evidencia que o projeto Assembleia Itinerante é a referência da atual legislatura.

“O projeto leva a Assembleia Legislativa até os cidadãos das diferentes regiões mato-grossenses para que os parlamentares ouçam as necessidades locais”, acolham sugestões e ampliem a agenda legislativa estadual. Com uma nova formatação, o projeto leva serviços para a população através do Mutirão da Cidadania, com serviços como consultas médicas, exames (hepatite, HIV, PSA-próstata, cardiológico e DNA), atendimentos do Procon, da Defensoria Pública, emissão de RG, CPF, título de eleitor, Bolsa Família, cartão do SUS,

lazer, cultura e dia de beleza.

“É um momento novo da Assembleia Legislativa, de aproximação com a sociedade, ouvindo as demandas onde o cidadão vive e oferecendo serviços essenciais e de autoestima”, afirma o presidente do Parlamento, deputado estadual Eduardo Botelho (PSB).

“Essa iniciativa da Mesa Diretora, de levar cidadania às mais diversas regiões do estado, é salutar. É a Assembleia cumprindo a sua obrigação”, disse o deputado Mauro Savi (PSB),



Os deputados Eduardo Botelho e Wagner Ramos: Entrega de honrarias



Atendimento em saúde é marca do projeto...



que tem até espaço beleza

que participou da 9ª edição.

“É a Assembleia saindo da sua sede e indo até o cidadão, aproximando, vendo as demandas, homenageando desbravadores e lideranças”, completou o deputado José Domingos Fraga (PSD).

O prefeito de Barra do Bugres, Raimundo Nonato (PSB), vê o projeto como importante na medida em que propicia à sociedade entender um pouco do trabalho

parlamentar. “É um projeto que aproxima o Poder Legislativo da sociedade, faz um elo com o interior de grande valia”, disse. Segundo o prefeito, o Legislativo tem um papel destacado dentro da democracia, representando de forma bem direta a sociedade, fiscalizando os atos do Executivo e sendo um canal das reivindicações. “É muito importante ouvir as demandas da população”, reiterou.

“O projeto leva a Assembleia Legislativa até os cidadãos das diferentes regiões mato-grossenses para que os parlamentares ouçam as necessidades locais”

Na avaliação do prefeito Nonato, a Assembleia Legislativa está dando um passo importante com o projeto itinerante. “Sei que não é uma tarefa fácil, mas o presidente Botelho tem sido corajoso e determinado”, completou.

Os deputados Wagner Ramos (PSD), Dr. Leonardo (PSD), Saturnino Masson (PSDB) e Adriano Silva (PSB) participaram da 9ª edição da Assembleia Itinerante em Barra do Bugres. Eles reforçaram o compromisso da ALMT de promover políticas públicas para garantir mais qualidade de vida à população.



Deputado Dr. Leonardo

“É uma Assembleia diferenciada, que leva a ALMT aonde o povo está,,

Deputado Wagner Ramos

“É um trabalho fantástico, que atende, de fato, os moradores de uma determinada região,,



Deputado Saturnino Masson

“Oportuniza para os deputados o contato direto, o corpo a corpo com o cidadão,,

Deputado Professor Adriano

“Uma agenda positiva que traz serviços essenciais para a população,,



Serviços de cidadania atraem moradores de toda a região

Moradores de Nova Olímpia, Denise, Porto Estrela, Arenápolis e Alto Paraguai aproveitaram a 9ª edição da Assembleia Itinerante para consultas médicas, exames, atendimentos do Procon, da Defensoria Pública, emissão de RG, CPF, título de eleitor, Bolsa Família, cartão do SUS, lazer e dia de beleza. Mais de três mil pessoas estiveram no evento.



Abenir Predentino, 66 anos, aposentado, veio de Alto Paraguai para buscar atendimento de saúde no evento. Viajou 125 quilômetros para fazer, como disse, um check-up, a bateria de exames oferecidos durante a 9ª edição do projeto. “Isso aqui é a melhor coisa que já fizeram em nossa região”, comemorou.



Clemente Gomes Cardoso, 88 anos, ex-vereador por três mandados consecutivos em Barra do Bugres, aproveitou o mutirão da cidadania para cortar o cabelo e fazer teste de glicemia. “Vim tirar o cabelo e medir o diabetes”, disse. Seo Clemente mora há 50 anos em Barra do Bugres. “Não via uma ação desse porte na cidade desde 1977, quando o ex-governador Garcia Neto, naquela ocasião, fez um movimento idêntico no distrito de Nova Olímpia, hoje município”, recordou.



A dona de casa Maria Costa, moradora de Barra do Bugres, aproveitou a passagem do projeto Assembleia Itinerante na cidade para renovar a documentação pessoal e fazer os exames oferecidos. “É uma ação que ajuda muito as pessoas de menor poder aquisitivo. Deveria acontecer com mais frequência”, sugeriu.

Acordo

Servidores conquistam garantias com relação à RGA

Assembleia Legislativa participou ativamente de negociações e evitou embates



Foto: Maurício Barbant

Mais uma vez a ALMT, presidida pelo deputado Eduardo Botelho, teve atuação como protagonista nas negociações entre governo e servidores para o pagamento da RGA

Reportagem

Laís Costa Marques

Os servidores públicos do Poder Executivo de Mato Grosso estão com os pagamentos da Revisão Geral Anual (RGA) com calendários e percentuais definidos e garantidos. O acordo entre o governo estadual e o Fórum Sindical de Mato Grosso foi selado no final de junho e contou com a colaboração da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), que intermediou as negociações.

A proposta fechada estabelece quanto e quando serão pagos os reajustes referentes aos anos de 2016, 2017 e 2018. O alinhamento entre os Poderes e os trabalhadores evitou greves e desgastes de todos os envolvidos neste processo.

Foi aprovado pelos servidores que o restante da RGA de 2016 terá a primeira parcela, de 1,96%, paga em junho de 2017; e a segunda, de mesmo percentual, em setembro deste ano.

A RGA de 2017, que acumulou 6,58%, foi dividida em três parcelas, sendo a primeira de 2,19% para novembro de 2017; a segunda, também de 2,19%, para abril de 2018; e a última, de 2,20%, para setembro de 2018. Para a RGA de 2018, ficou acordado o pagamento em duas cotas: uma de

2% em outubro de 2018 e a outra, de 2,19%, em dezembro de 2018.

As tratativas sobre o pagamento dos reajustes anuais dos servidores tiveram início a partir do intermédio do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (PSB), para o diálogo entre governo e trabalhadores. No dia 7 de junho, após o governo enviar para o Poder Legislativo a primeira proposta, antes de qualquer negociação, Botelho agendou um café da manhã para dar início às discussões entre as partes.

O coordenador do Fórum Sindical MT, Oscarlino Alves, explica que o presidente do Legislativo mato-grossense, deputado Eduardo Botelho, atendeu às reivindicações dos servidores e mediou as negociações. "A greve ocorreu ano passado porque não houve negociação. Este ano, o deputado se mostrou sensível à nossa luta e intermediou a primeira conversa com representantes do governo, começando com o próprio governador Pedro Taques e depois avançou com os demais secretários".

Do dia da paralisação geral dos servidores estaduais, em 7 de junho, até o fechamento do

acordo, em 28 de junho, foram realizadas cinco reuniões entre os envolvidos e sem que houvesse greve. Nesse período, o governo apresentou a evolução das receitas e despesas e pontuou as possibilidades para garantir o direito do trabalhador.

Outros avanços - As perdas salariais dos servidores em decorrência do parcelamento das Revisões Anuais Gerais de 2016, 2017 e 2018 também serão pagas. O acordo fechado prevê o pagamento de 2%, divididos em duas parcelas de 1% cada uma, em outubro de 2018 e outubro de 2019. Os percentuais serão calculados com base no salário com subsídio incidente nos meses de setembro anteriores ao pagamento.

No mesmo acordo, o Poder Executivo se comprometeu a negociar, junto ao Banco do Brasil, a mudança de data para desconto de empréstimos consignados contratados por servidores. Devido à alteração no calendário de pagamentos, as parcelas têm sido debitadas antes da compensação do salário.



Foto: Maurício Barbant

Mobilização

Assembleia apoia prefeitos para garantir mudanças na Lei Kandir

Deputados estiveram lado a lado com os prefeitos e vereadores na 1ª Marcha a Cuiabá



Foto: Maurício Barbant

A 1ª Marcha a Cuiabá foi encerrada com uma sessão especial na Assembleia Legislativa, ocasião em que os prefeitos apresentaram as demandas de suas cidades

Reportagem
Elzis Carvalho

Prefeitos e vereadores dos 141 municípios de Mato Grosso fizeram, este mês, a 1ª Marcha a Cuiabá, com o tema “Em Defesa dos Municípios Mato-grossenses”. A mobilização, organizada pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e União das Câmaras Municipais de Mato Grosso (UCMMAT), teve apoio direto da Assembleia Legislativa, que fechou a programação da marcha com uma sessão especial na Casa de Leis.

As lideranças políticas cobram mudanças na Lei Kandir, que desonera produtos primários e semielaborados do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mais especificamente no que se refere à compensação paga pela União aos estados e municípios.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (PSB), presidiu a sessão e declarou apoio total às cidades, pois, segundo avalia, “o Brasil é um país cuja vida pulsa no município”. Botelho se declarou “municipalista”, posicionamento político destacado pelos demais parlamentares e arrematado pelo deputado Ondanir Bortolini, Nininho (PSD), presidente

de honra da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM).

Conforme Botelho, o movimento dos prefeitos e vereadores é uma forma de pressionar os governos estadual e federal a rever temas importantes para ajudar os municípios, como é o caso das normas do pacto federativo, os cálculos da Previdência e a renegociação das dívidas dos municípios a juros mais acessíveis.

“Os municípios têm uma atribuição muito grande, até mesmo maior que o Estado, mas fica com uma parcela ínfima da receita e isso precisa ser mudado.

Por exemplo, se fala hoje em investimentos, mas nem adianta falar sobre isso com os prefeitos porque eles não têm condições de investir. É preciso mudar essa situação”, defendeu Botelho.

Sobre a Lei Kandir, assunto amplamente debatido durante os dois dias do movimento, Botelho questionou que somente Mato Grosso perde em torno de R\$ 6 bilhões por ano de arrecadação com a desoneração dessa lei. “Tem que abrir à compensação, mesmo que não seja 100%, mas pelo menos parcial. A lei previa a compensação de 90%, mas apenas 10% são realizados. O Supremo Tribunal Federal deu prazo para que o Congresso

Nacional analise a questão porque os estados não aguentam mais a situação, especialmente os produtores como Mato Grosso, já que basicamente 52% da economia são oriundos do agronegócio”, explicou Botelho.

A deputada Janaina Riva (PMDB) entende que “a Assembleia é, sim, uma grande parceira dos municípios, mas poderia ser muito mais”. Nesse sentido, cobra dos pares uma postura mais incisiva quanto às emendas impositivas. Janaina destaca, ainda, que o governo não estaria cumprindo a compensação prometida de repor recursos, por ocasião da baixa arrecadação do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab). Além disso, ela entende que “o Fethab 2 é outra vergonha”, porque o governo não estaria cumprindo o que fora estabelecido na lei, aprovada pela AL.

Marcha - A 1ª Marcha a Cuiabá teve palestras, cursos, debates e programações políticas e comemorativas a fim de preparar os gestores e legisladores municipais e unificar as ações, com foco na busca de soluções para economia dos recursos recebidos e nas mobilizações pelo recebimento de investimentos previstos de pagamentos, as parcelas têm sido debitadas antes da compensação do salário.

Orçamento

Assembleia aprova a LDO 2018 dentro do prazo regimental

Texto foi aprovado com 56 emendas acatadas e 20 rejeitadas pelos parlamentares



Foto: Ronaldo Mazza

Depois de quase dois meses de debates em plenário, os deputados estaduais aprovaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias em sessão antes do recesso parlamentar

Reportagem

Laís Costa Marques

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2018 foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) na última sessão plenária do primeiro semestre de 2017. O texto prevê orçamento de R\$ 18,8 bilhões e foi aprovado com 56 emendas parlamentares. A LDO agora passa pelo crivo do Poder Executivo e, caso haja vetos, volta para apreciação dos deputados.

A mensagem do governo encaminhou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, PL 230/2017, que foi lido em plenário em 31 de maio, seguiu para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), foi submetido a duas audiências públicas e enviado para a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (CFAEO). A votação parlamentar ocorreu em três etapas, primeira votação, segunda votação e redação final.

O trâmite é longo para garantir o debate sobre os direcionamentos que serão dados ao orçamento do ano seguinte. É a partir da LDO que o governo estadual elabora a Lei Orçamentária Anual (LOA), que destina os recursos arrecadados e estabelece os gastos dos cofres públicos.

O presidente da Assembleia, deputado Eduardo Botelho (PSB), destacou o trabalho e a dedicação dos parlamentares para que o texto fosse apreciado antes do recesso parlamentar. “Houve uma mobilização de todos os deputados para garantir a aprovação da

LDO dentro do prazo. Houve alguns embates, mas conseguimos entrar em um consenso e entregar um texto bem elaborado para o governo”.

O relator da LDO na CCJR, deputado Oscar Bezerra (PSB), explicou que grande parte das emendas apresentadas tem como objetivo corrigir alguns equívocos com relação ao texto. “Nessa etapa do processo de elaboração do orçamento, a maioria das colaborações

é para pequenos ajustes. As mudanças mais significativas no orçamento são feitas posteriormente, na Lei Orçamentária Anual”. Na CFAEO, a LDO foi relatada pelo deputado Wagner Ramos (PSD).

Orçamento – O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2018 estima um aumento de 2,19% no orçamento em comparação com o executado em 2017. A receita total apresentada é de R\$ 18,8

bilhões, R\$ 400 milhões a mais do que a prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2017 e um crescimento abaixo da inflação, estimada em 3%.

Com relação aos gastos, a previsão é que as despesas primárias somem R\$ 17,565 bilhões, R\$ 263 milhões a menos que a receita primária, estimada em R\$ 17,828 bilhões.

É a partir da LDO que o governo estadual elabora a Lei Orçamentária Anual (LOA), que destina os recursos arrecadados e estabelece os gastos dos cofres públicos